

Ernest Benians e o Projeto de Império Smithiano¹

Roberto Resende Simiqueli

Bacharel em Ciências Econômicas pelo IE-Unicamp

Mestrando em Ciência Política pelo IFCH-Unicamp

Resumo: Com este trabalho, pretendemos iluminar a leitura realizada por Ernest H. Benians, titular da cadeira de Economia Política na Cambridge de 1920, dos capítulos d'*A Riqueza das Nações* lidando com a dinâmica do sistema colonial. A perspectiva analítica de Benians é original por sua ênfase no que o autor define como um “Projeto de Império” defendido por Smith no Livro IV de sua obra magna, uma proposta normativa de revisão das relações entre o centro administrativo do Império e suas possessões ultramarinas. Acreditamos que, ao revisitar os comentários de Benians sobre as críticas smithianas ao colonialismo moderno, temos condições de reavaliar não só as contribuições deste acadêmico aos estudos do legado teórico de Adam Smith como do significado pretendido por este em seu ataque ao mercantilismo.

Palavras Chave: Economia Política Clássica, Liberalismo Econômico, Imperialismo, Colonialismo

Abstract: On this paper, we intend to shed some light on the view developed by Ernest H. Benians, master of St John's College Cambridge, on the chapters dealing with dynamics specific to the colonial system in *The Wealth of Nations*. Benian's perspective is original in its emphasis on what the author defines as a “Project of an Empire” as defended by Smith on Book IV of his magnum opus, the normative proposal for reviewing the relations established between the Empire's administrative core and its overseas possessions. By revisiting this theme, we believe that we would be in position to evaluate not only the contributions made by Professor Benians to studies pertinent to Adam Smith's theoretical legacy as well as the meaning implied in his attack of mercantilist economic policies.

Keywords: Classical Political Economy, Economic Liberalism, Imperialism, Colonialism

O conjunto dos trabalhos teóricos de Adam Smith – principalmente suas obras magnas, *Teoria dos Sentimentos Morais* e *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* – representam a sublimação de uma longa tradição de filosofia moral britânica, pautada pela constituição de um dado modelo de sujeito econômico. Herdeiro intelectual de pensadores como Mandeville e Francis Hutcheson, Smith conforma, com sua *Riqueza das Nações*, a pedra fundamental do edifício político e econômico erigido pelos teóricos liberais ao longo dos séculos seguintes, tanto por sua concepção de indivíduo quanto por seus prognósticos de limitação do poder estatal. Travando um embate clássico contra os ecos do mercantilismo, perfeitamente audíveis na Inglaterra do século XVIII, apresenta os argumentos econômicos definitivos para a inversão das políticas econômica e externa postas em curso pela coroa britânica.

No entanto, há entre a formulação original destes argumentos e sua incorporação ao léxico político liberal, em meados do século XIX, uma série de discrepâncias. Muito do trabalho teórico realizado pelo autor acerca das motivações do sistema colonial e de sua lógica fundamental de atuação é perdida em meio aos líbelos pela revogação das *Corn Laws* e maior liberalização do Império. Acreditamos, neste sentido, que uma releitura de algumas das teses centrais de Smith sobre as colônias modernas, enunciadas no Capítulo VII do Livro IV (sugestivamente intitulado “As Colônias”) é extremamente oportuna, se buscamos compreender o distanciamento entre teoria econômica liberal e sua práxis política.

Uma contribuição fundamental neste campo é o artigo de Ernest H. Benians, publicado ainda na primeira metade do século passado, lidando com um suposto projeto de Império desenvolvido pelo pensador escocês. Reavaliando a trajetória do Império Britânico nas décadas seguintes à publicação d'*A Riqueza das Nações*, Benians problematizaria a incorporação de alguns dos elementos da análise smithiana às motivações dos formuladores da política econômica/externa britânica no período, constatando grande adesão à idéia de liberalização das relações mantidas com as possessões coloniais sem o estabelecimento de vínculos políticos duradouros entre os vários “ramos” do Império, na forma do sistema de representantes coloniais preconizado por Smith.

Nosso objetivo, com este trabalho, é lançar luz não só sobre a peculiar leitura da crítica de Smith ao colonialismo feita por Benians como sobre alguns de seus problemas estruturais. Ainda que aprofundada, criteriosa, a análise desenvolvida pelo catedrático de Cambridge é fruto das limitações teóricas inerentes ao período em que é elaborada e ao contexto circundante a seu autor, deixando de lado alguns componentes de importância do pensamento smithiano e culminando em uma série de conjecturas que pouco contribuiriam para o desenvolvimento posterior das asserções levantadas.

Nesse intuito, o presente artigo é dividido em duas sessões. A primeira é dedicada à revisão das passagens d'*A Riqueza das Nações* em que se concentra a discussão sobre Estado e

colonialismo, mediada pelos comentários de E. H. Benians sobre o projeto de Smith para o Império Britânico. Em um segundo momento, apresentamos nossas posições quanto a essa perspectiva, partindo de fragmentos do Capítulo VII do Livro IV negligenciados pelo autor de *Adam Smith's Project of an Empire* – e que comprometeriam, em alguma medida, a concepção de “Projeto de Império” conforme suscitada por Benians.

I – Smith e a crítica ao colonialismo em perspectiva histórica

Lidar com as obras de Smith não é uma tarefa simples, tanto pela complexidade das asserções formuladas quanto pela quantidade de material impresso e pela discussão suscitadas pelos trabalhos do pensador. Tido como um dos fundadores da economia enquanto ciência, exprimiu em seus textos dimensões várias da realidade material, abarcando desde considerações sobre a lógica subjacente ao comportamento individual dos agentes até um refinado sistema descritivo para a compreensão das relações econômicas internacionais. No entanto, muito do que hoje é creditado a Smith deve-se à sua defesa do liberalismo econômico, feita a partir dos argumentos desenvolvidos em *A Riqueza das Nações*. Partindo dos elementos presentes na motivação dos indivíduos à troca, desenvolveria um elaborado arcabouço teórico, lidando com as razões envolvidas na tomada de decisões econômicas, por simples que sejam. Algumas das emblemáticas passagens iniciais de sua obra prima tornaram-se, ao longo dos séculos, palavras de ordem do discurso político liberal ou “frases feitas” presentes em muitas das polêmicas contemporâneas sobre política econômica.

As raízes teóricas das proposições smithianas sobre comportamento individual são muito anteriores ao período em que escreve – sendo tributárias das teses sobre filosofia moral de Francis Hutcheson, eminente acadêmico britânico e professor da Universidade de Glasgow em meados do século XVIII. Titular da cadeira de Sentimentos Morais, as posições deste pensador deixaram profundas impressões em Smith, que acabou por sucedê-lo como responsável pela disciplina. Mas Hutcheson, por si, já era herdeiro de uma longa tradição de pensamento social, peculiar às Ilhas Britânicas e geralmente associada a Bernard de Mandeville, reconhecido como autor d'*A Fábula das Abelhas*, manifesto publicado anonimamente em 1714. Em linhas gerais, tal “escola” de pensamento concentrava seus esforços em torno da definição de um conjunto de valores positivos para o comportamento social, individual ou coletivo. Tomando por base a realidade social da florescente Inglaterra das últimas décadas do século XVII, chegam à constatação de que os impulsos primordiais da interação econômica e política entre os indivíduos seriam sua propensão à troca e a busca de satisfação pessoal. Desta forma, se cada um cuidasse de si e de seus interesses, a sociedade como um todo seria conduzida a novos patamares de bem estar, crescimento e integração econômica.²

Muito da argumentação liberal clássica em torno de flexibilização da política econômica, abertura das barreiras comerciais e redução das interferências do Estado na economia tem nessas considerações seu maior sustentáculo. Das posições de Smith sobre as liberdades políticas e econômicas individuais à defesa do liberalismo enquanto orientação de política econômica e política externa, no entanto, há mais do que uma mudança de escala. Ainda que convergentes e complementares, acreditamos que seja possível delinear uma clara diferença entre uma face subjetivista de Smith, apegada ainda à discussão acerca dos assim chamados sentimentos morais, e o aguerrido defensor do Livre Comércio enquanto elemento central na obtenção de *riqueza* no cenário internacional. Seu sistema teórico, mais do que a continuidade dos argumentos de Mandeville e Hutcheson, representa a síntese entre a tradição de reflexão moral britânica e o cerne da “escola” fisiocrática de pensamento econômico.

A trajetória pessoal de Smith justifica, em vários aspectos, a articulação da reflexão moral inglesa aos sistemas teóricos continentais evidente em seus escritos. Nascido em Kirkcaldy, um centro comercial e pesqueiro próximo a Edimburgo, provavelmente teve oportunidades suficientes de conhecer a realidade dos nexos comerciais presentes em uma economia que devia parte significativa de sua pujança ao comércio internacional. No entanto, a cidade de origem do autor em breve seria preterida em função de portos modernos, presentes na costa Oeste da ilha, como Glasgow; tal justificava-se, fundamentalmente, pelas mudanças na pauta de importação/exportação das Ilhas: pelo crescente comércio com as Américas, commodities como algodão e tabaco passaram a ser os pontos chave da empresa mercantil britânica, em oposição à produção pesqueiro-carvoeira de Kirkcaldy. A mudança para Glasgow significaria mais tempo de exposição às realidades do exclusivo comercial imposto pela Grã Bretanha às colônias americanas, e a oportunidade de estudar sob a tutela de Hutcheson – caracterizado, por um dos biógrafos do economista, como “libertarian, rationalist, utilitarian, plain speaker and thorn in the side of authority – who seems to have infected Smith with some of the same characteristics” (Butler, 2007:32). Após a conclusão de seus estudos em Glasgow, a obtenção de uma bolsa em Oxford abriu-lhe as portas da capital, no que seria uma malfadada empreitada acadêmica³. Os ares da metrópole e suas vastas bibliotecas, no entanto, abriram seus olhos para os clássicos em história, literatura e tantas outras disciplinas, que representariam, curiosamente, sua primeira oportunidade profissional. Contratado como “lecturer” por Lord Kames, influente advogado próximo à família, foi convidado a conferir uma série de apresentações públicas em Edimburgo sobre literatura e filosofia do direito, onde muitas de suas idéias centrais gradativamente tomariam forma. Com a experiência adquirida pela prática das *lectures*, inicia em 1751 sua carreira como professor em Glasgow, responsável pelas cadeiras de lógica, filosofia moral, literatura e retórica, cobrindo temas tão diversos quanto teologia, ética, jurisprudência e políticas públicas⁴. É ainda dessas aulas que surge a motivação de redação de sua

primeira grande obra, a *Teoria dos Sentimentos Morais* – que, graças ao empenho de David Hume, amigo de longa data e grande responsável pela difusão de seus primeiros trabalhos, lhe franquearia o reconhecimento da comunidade científica do período e de grupos eminentes de notáveis britânicos.

A recepção de seu tratado de Filosofia Moral pelo público britânico repercutiu em sua contratação como tutor para o Duque de Buccleuch, que lhe renderia uma prolongada estadia na França. A dificuldade de comunicação (não era particularmente proficiente em francês) e o tédio guiaram-no a escrever um livro, “para passar o tempo” (Butler, 2007:35) - *A Riqueza das Nações*. Com o tempo, Smith e seu pupilo tiveram a oportunidade de conhecer o Sul da França, assim como Paris e Genebra. O contato com as políticas protecionistas postas em curso no continente, com alguns dos grandes luminares do pensamento econômico e político francês e suas idéias representaram importante contribuição às críticas que começavam a tomar forma, naquela que seria sua obra magna.

Retornando às ilhas, Smith encontrava-se munido de conhecimentos sobre o funcionamento das diversas faces do sistema mercantilista. Por um lado, criado em meio à realidade das cidades portuárias britânicas, estava familiarizado com o incessante murmúrio e agitação dos postos mercantis escoceses, conhecendo os condicionantes e resultados da empresa colonial britânica. Por outro, as desastrosas medidas de proteção levadas a cabo pela administração dos Bourbon proveram-lhe munição para os ataques contra o sistema colonial. É importante frisar que muito deste ataque fundamenta-se não na perspectiva de libertação pessoal, atribuição de autonomia política e econômica aos indivíduos cujos interesses até então haviam sido preteridos em benefício das metas de acumulação e fortalecimento do Estado apregoadas pelo discurso mercantilista, mas em argumentos de política econômica e história comparativa. Se *A Riqueza das Nações* pode ser compreendida, em conjunto, como o veículo dos ideais políticos e econômicos liberais do período, a metodologia utilizada na proposição dos argumentos de seus dois eixos mestres – a defesa das liberdades econômicas individuais e o virulento ataque ao exclusivo colonial – apresenta severas diferenças. Em seus primeiros momentos, as conclusões de Smith brotam de constatações sobre o comportamento usual dos indivíduos, sua propensão à troca e a busca interminável de satisfação pessoal, em uma vertente de investigação empírica peculiar aos pensadores britânicos. Já nas passagens dedicadas à análise dos “equivocos” de política econômica severamente criticados pelo autor, o discurso muda de forma – tomam-se por base duas camadas distintas de historicismo racionalista: uma, lidando com os casos recentes de intervenção econômica de diversas potências mercantis européias, como França, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal ou Países Baixos; outra, em plano ideal, lidando com os grandes impérios da antiguidade: Roma, Grécia, Pérsia, exemplos notáveis da grandeza e magnanimidade a que aspirariam as nações da época moderna.⁵

Partindo da simultaneidade entre a publicação d'*A Riqueza das Nações* e a Declaração da Independência norte-americana, E. H. Benians, discípulo direto de Alfred Marshall e titular da cadeira de economia de Cambridge na década de 1920, se propõe a investigar a presença, na obra magna de Smith, de um projeto de revisão do Império Britânico. Autor de críticas paradigmáticas ao sistema colonial, o pensador escocês teria sido responsável pela formulação de propostas objetivas de reformulação do arcabouço institucional mercantilista e progressiva “liberalização” do Império.

De acordo com o catedrático de Cambridge, a proposta smithiana poderia ser resumida na oposição em termos morais à opressão colonial, aos privilégios corporativos preservados nos braços ultramarinos do *Ancien Régime*. Nas palavras de Benians,

“In place of this fictitious empire, with its lack of cohesion, its 'impertinent badges of slavery' on the colonies and its burdensome futility for the mother country, he proposed a close and equal union of Great Britain and her colonies - a united Parliament, a common system of taxation and complete freedom of trade within the empire - equality, in fact, of status, burden and opportunity between mother country and colony. The proposal entailed a complete departure from the old colonial system in certain fundamental matters to which either British or colonial opinion was firmly wedded - the abolition of the monopoly of colonial trade, a proportionate distribution of the burden of imperial defense and a proper representation of the colonies in the Parliament”(Benians, 1925:251)

A partir da passagem supracitada, podemos abstrair simultaneamente as motivações para a revisão desse “Império fictício” e o que Benians compreende como a proposta normativa desenvolvida por Smith. A crítica ao sistema colonial estaria centrada em três problemas distintos - falta de coesão política, relações de desigualdade entre colônias e império e as despesas excessivas envolvidas em sua manutenção -, representativos dos dilemas políticos e econômicos enfrentados pela administração metropolitana. A trajetória dessa empreitada é brevemente delineada pelo pensador, partindo de sua origem nas iniciativas das potências ultramarinas ibéricas. Caracterizando os alicerces da empresa colonial espanhola, Smith determina o atrativo exposto por Colombo ao Conselho de Castela como justificativa para suas atividades no Novo Mundo: a aquisição de *bullion*, riqueza mineral manifesta em ouro e prata, em sua fonte direta. Nas palavras do autor, “um projeto de conquista deu origem a todas as fundações dos espanhóis naqueles países recém-descobertos. O motivo que os incitou a essa conquista foi um projeto de exploração de minas de ouro e prata; e uma série de eventos, que nenhuma sabedoria humana poderia prever, fez com que esse projeto tivesse muito mais sucesso do que aquele que os empreendedores tinham qualquer motivo razoável para esperar.” (Smith, 1983)

Partindo dos problemas envolvidos na constituição das primeiras colônias em solo americano, Smith analisa os caminhos que conduziram a situação diversa dos territórios ocupados

pelas levas colonizatórias seguintes. As terras abundantes das colônias norte-americanas assim como a pouca interferência do Estado em seus regimentos internos são vistas como elementos responsáveis pela sua ventura, independente (e contrária, em certa medida) ao projeto dos Estados modernos para o novo mundo:

“No tocante à abundância de terra de boa qualidade, as colônias européias implantadas na América e nas Índias Ocidentais se assemelham às colônias da Grécia Antiga, e até as superam de muito. Na dependência em relação ao Estado de origem, porém, essas colônias se assemelham às da Roma Antiga, embora a grande distância delas, em relação à Europa, tenha aliviado em grau maior ou menor os efeitos dessa dependência. Devido à sua localização, estavam menos sob as vistas e o controle do poder da mãe-pátria. Ao perseguirem seus interesses a seu próprio modo, em muitas ocasiões sua conduta foi perdida de vista por não ser conhecida ou por não ser compreendida na Europa, sendo que em outras ela foi gentilmente tolerada e aceita forçadamente, uma vez que a distância das colônias tornava difícil controlar tal conduta. [...] Consequentemente, muito grande tem sido o progresso de todas as colônias européias em riqueza, população e desenvolvimento.”(Smith, 1983:57)⁶

Por mais criticável que seja a crença exposta por Smith no “progresso e desenvolvimento” das colônias americanas, este não é ponto central da menção feita acima à posição do autor sobre o sistema colonial. Com a passagem supracitada, evidencia-se a continuidade dada à *proposta* de intervenção das potências mercantis européias nos territórios coloniais, e como a *inviabilidade* de manutenção desta permitia aos colonos perseguir seus próprios interesses. Se esses territórios prosperam, é *apesar* e não *em função* dos esforços empreendidos pelas potências mercantilistas em fortalecer o domínio sobre suas colônias. E é sobre os encargos advindos das sucessivas tentativas de interferência das potências continentais que situam-se as críticas mais severas de Smith aos monopólios comerciais das quais os territórios americanos eram vítimas. Discutindo as possibilidades de tributação dos territórios ocupados, demonstraria, a partir das despesas envolvidas no negócio colonial, que parcela significativa destas era destinada essencialmente à defesa dos territórios conquistados no ultramar e à preservação do status político dos mesmos – enquanto um montante relativamente reduzido tinha por fim a constituição de uma estrutura voltada à administração dos negócios locais. Segundo Smith, “os colonizadores ingleses até agora em nada contribuíram para a defesa de sua mãe pátria ou para sustentar o governo civil. Eles mesmos, pelo contrário, têm sido até agora quase exclusivamente defendidos às expensas da mãe-pátria. Ora, a despesa de esquadras e exércitos é em qualquer proporção maior do que a despesa necessária do governo civil. A despesa com seu próprio governo civil tem sido muito moderada. [...] A parcela mais relevante das despesas do governo, a destinada à defesa e à proteção do país, constantemente tem estado a cargo da mãe-pátria” (Benians, 1925:62).

Com os gastos envolvidos na manutenção da ostensiva Marinha de Guerra inglesa, as

colônias apresentam-se, para Smith, num sistema não só ineficiente como oposto à lógica mercantil que motivava as ações governamentais movidas nesse sentido. Prova-se, sem que seja necessário discutir a validade da meta de acumulação de riqueza metálica, que o sistema colonial se apresenta mais como fonte de despesa e instabilidade política do que de divisas para o Estado Absolutista. Benians desenvolve estas críticas em sua análise, concentrando-se na perspectiva da autonomia das partes frente à incapacidade da administração colonial britânica em manter a coesão do todo e de sua fragilidade, no grande jogo da política internacional: “There was no effective collaboration of its different parts for purposes of defence. Local liberty had far outrun imperial organization. There was no adequate central control. An antiquated and ill-adapted machinery, a confusion of authorities, a number of rights exercised and resented, with the vague and disputed power of Parliament in the background - such were the means of colonial government.”(Benians, 1925:254)

Dadas as razões para a crise do sistema, Benians torna claros aqueles que considera os encaminhamentos sugeridos por Smith para a sua reformulação; estes passariam, necessariamente, pela abolição dos monopólios constituintes do exclusivo colonial e pela incorporação da colônia pela mãe-pátria através da abertura de canais de representação no parlamento (Benians, 1925:270). A relação das duas propostas com o restante da obra é evidente. Os monopólios coloniais são compreendidos, economicamente, como uma das causas centrais da ineficiência estrutural das relações mantidas pelo Império Britânico com suas possessões no âmbito do sistema colonial, incapazes de compensar as expensas necessárias à defesa dos territórios dominados ou contribuir com o enriquecimento da nação. Nada poderia ser mais razoável, nessa lógica, do que propor sua abolição. No entanto, a segunda medida merece especial atenção - é nela que reside a inovação da leitura empreendida em *Adam Smith's Project of an Empire* e que representaria, para seu autor, a principal singularidade teórica da revisão empreendida ao longo do Livro IV. Em que medida podemos pensar a continuidade do elo entre metrópole e colônia subtraído seu determinante central, o exclusivo comercial? E como garantir aos colonos representação política poderia conter a crise iminente?

Para Benians, a proposta smithiana poderia ser compreendida como uma forma pioneira de repensar as receitas do Império. Se as colônias americanas apresentavam potencial para desenvolvimento econômico, melhor do que concentrar-se nos ganhos das tradicionais companhias comerciais seria investir na criação de um arcabouço institucional que favorecesse a tributação direta da produção realizada nas colônias. E a primeira etapa, nesta trajetória, envolveria a concessão de assentos no Parlamento a representantes dos colonos – idéia defendida não só por Smith como por outros pensadores de seu tempo, como Benjamin Franklin, Thomas Pownall e James Otis. Para que os colonos aceitassem as pesadas tarifas a que estariam sujeitos, era necessário que passassem a fazer parte do Império não mais como as populações dominadas de uma terra

distante, fruto da conquista territorial e sujeita à expropriação política/econômica em seus termos mais bárbaros. Era preciso que estes fossem compreendidos como cidadãos plenos, compartilhando dos direitos – e deveres – de seus “compatriotas” das Ilhas Britânicas. A abolição dos monopólios pode ser reinterpretada, assim, não como a eliminação de uma das razões da ineficiência econômica do Império – mas como uma das etapas da solução supostamente proposta por Smith para os dilemas enfrentados pelo Antigo Sistema Colonial em sua fase final, pautada na igualdade política entre colônia e metrópole.

Nas páginas finais do capítulo do Livro IV dedicado às questões presentes na relação entre colônias e metrópole, Smith apresenta suas idéias quanto à representação das colônias no parlamento em termos claros:

“O Parlamento da Grã-Bretanha insiste em taxar as colônias; elas, por sua vez, recusam-se a ser taxadas por um Parlamento no qual não estão representadas. Se a cada colônia que se desligasse da Confederação Geral, a Grã-Bretanha permitisse um número de representantes proporcional à contribuição dela à renda pública do Império, por estar sujeita aos mesmos impostos, e se lhes permitisse, em compensação, a mesma liberdade de comércio que se reconhece a todos os súditos residentes na Grã-Bretanha; [...] A menos quer se adote esse método, ou algum outro [...] não é muito provável que eles jamais se sujeitem voluntariamente a nós.”(Smith, 1983:98-99)

O impacto desta proposta na reflexão inglesa sobre política imperial é acompanhado cuidadosamente por Benians, com a conclusão (não sem um certo pesar) de que das duas proposições mais marcantes de Smith sobre a relação entre o Império Britânico e suas colônias, apenas o prognóstico de abandono dos monopólios comerciais coloniais tenha sido seguido em acordo com sua proposição original. Muitas são as razões elencadas pelo autor, em *Adam Smith's Project of an Empire*, para a não realização dessa “fraternidade de nações” nos termos em que teria sido supostamente idealizada por Smith, com representação igualitária dos colonos no parlamento britânico. A justificativa central, no entanto, remete mais uma vez à discussão sobre o colonialismo em termos morais. Benians vê nos interesses estabelecidos e no apego das populações nas duas margens do atlântico a suas instituições políticas próprias o principal entrave à integração entre a Grã-Bretanha e suas colônias americanas:

“The adaptation and attachment of people on both sides of the Atlantic to the political life and institutions they had shaped for themselves could not be lightly dismissed as prejudice. Reason and logic and the necessity of the hour might be on the side of a bold reconstruction of the empire, but history could furnish no appropriate parallel or encouraging precedent, and the stream of English tradition had run for long in another channel.”(Benians, 1925:264)

Benians veria na proposta de Smith para as colônias inglesas um modelo politicamente

progressista de representação e integração internacional – afirmando-o, em alguns momentos, como uma proposta “muito à frente de seu tempo”. Quando este programa aproxima-se de sua realização, nas décadas de 1850, 1860, já é sob outra forma. Neste momento, “o Império havia se transformado em uma liga de nações, compreendendo vastas dependências em estágios variados de desenvolvimento político, e sua unidade somente poderia ser concebida em outros termos e mantida de maneira apropriada a sua nova forma e espírito.”(Benians, 1925:270) A proposta de integração política por meio de uma estrutura representativa central já não estava mais no horizonte dos parlamentares britânicos, e a alternativa ao “velho Império” não poderia ir muito além de um todo caótico de possessões políticas distintas, com pouco em comum além da demarcação pelas “linhas vermelhas” nos mapas tradicionais.

Concentrando-se sobre a pouco discutida apresentação de um sistema alternativo ao colonialismo moderno por Smith, a interpretação de Benians possui o mérito de trilhar uma trajetória pouco usual na interpretação de um dos pilares teóricos da Economia Política Clássica. Sua análise, dotada de elevado grau de originalidade, distancia-se das interpretações convencionais do pensador escocês e de seu apego aos Livros I e II de sua grande obra, cerne de sua teoria do valor e berço de grande medida das “frases feitas” e citações recorrentes representativas do mito construído ao redor da figura histórica do autor, dois séculos e meio após a publicação d'*A Riqueza das Nações*.⁷

No entanto, acreditamos que a perspectiva analítica defendida por Ernest Benians apresenta algumas deficiências. Ao concentrar-se sobre os argumentos apresentados nas últimas páginas do Capítulo VII, o autor perde o panorama mais amplo da crítica proposta por Smith ao colonialismo moderno – e deixa de lado a forma específica de sua apresentação, dotada de peculiaridades próprias. Acreditamos que a estrutura do capítulo em questão já daria preciosas indicações do significado pretendido por Smith às suas proposições (e ao projeto de revisão do Império), indo além da proposta de representação formal delineada por Benians. Adicionalmente, o economista de Cambridge perde de vista alguns dos objetivos específicos deste projeto, ao ater-se essencialmente à dimensão *moral* dos argumentos smithianos – desenvolvidos, também, em termos *políticos*, *econômicos* e *estratégicos*.

II – *Apoikía* e *Colonia*: o papel do Colonialismo Antigo na redação do Livro IV

Como ressaltamos no início do texto, é possível perceber certo contraste metodológico entre os primeiros livros d'*A Riqueza das Nações* e os enunciados desenvolvidos por seu autor sobre o sistema colonial. Se nas elucubrações acerca da Divisão Social do Trabalho, do papel das liberdades individuais para a riqueza de uma nação e das linhas gerais de sua teoria do valor Smith concentra-

se nos condicionantes *morais* da propensão dos indivíduos ao trabalho e à troca – a busca por ganho e satisfação individual como força motriz do comportamento econômico – nos Livros III e IV a problemática central parece dar-se em termos *históricos* e *políticos*. A transição da análise da atuação de *indivíduos* para *nações* pressupõe mais do que uma mudança de escopo – transforma-se a estrutura do texto, sua apresentação e, principalmente, a posição das várias variáveis analíticas presentes no sistema teórico smithiano. Há um certo consenso, entre os analistas, ao creditar essa alteração à passagem do autor pela França e ao círculo de intelectuais que acompanha a redação/revisão dos últimos capítulos de sua grande obra. Salim Rashid creditaria ao período entre 1774 e a efetiva publicação da obra a revisão de seu capítulo sobre as colônias e das teses relacionadas à oferta de representação no parlamento aos colonos. Ao longo deste período, o pensador escocês teria aprofundado o contato com os escritos do Reverendo Josiah Tucker, lidando também com a questão da então “compreensível” separação entre América e Grã-Bretanha. Nas palavras do autor,

“If we remember that Smith left for London in 1774 planning to get the Wealth of Nations published but revised it over three years paying special attention to the colonial question (according to his biographer), there seems good circumstantial evidence to suggest that Tucker influenced Smith. The greater political prescience of Tucker is clearly seen by the fact that in the first edition of the Wealth of Nations, Smith refers to the colonial conflicts as the "late disturbances" in the colonies. Smith clearly expected the disturbances to be over by the time his book was published in the spring of 1776.”(Rashid, 1982:456-457)⁸

Dalphy Fagerstrom, por sua vez, contextualiza o interesse nos dilemas pertinentes ao binômio político colônia-Império (e as posições tomadas no debate sobre os rumos do mesmo) como consequência de algumas passagens peculiares da biografia de Smith - sua associação aos mercadores de Glasgow durante sua estadia na cidade, de 1751 a 1764, as questões postas à Escócia enquanto parte integrante da União e a relação com Benjamin Franklin desempenhariam papel fundamental na inflexão dos argumentos smithianos. Em todo caso, é claramente perceptível a adoção, ao longo de todo Livro IV mas principalmente em seu Capítulo VII, de um curioso recurso metodológico: o contraste do colonialismo clássico, greco-romano, aos descaminhos das potências coloniais modernas.

A demonstração mais expressiva dos usos da peculiar visão de história adotada por Smith encontra-se, não por acaso, nos fragmentos em que Benians concentra sua análise. Subdividido em três partes - “Os motivos da fundação de novas colônias”, “Causas da prosperidade das novas colônias” e “As vantagens que a Europa auferiu da descoberta da América e da descoberta de uma passagem para as Índias Orientais através do cabo da Boa Esperança” -, o Capítulo VII é iniciado justamente com uma digressão acerca da natureza das colônias gregas e romanas, na antiguidade

clássica. Segundo o economista, as manifestações do colonialismo nestes dois impérios eram profundamente distintas. Quanto aos gregos, afirmaria que:

“A cidade-mãe, embora considerando a colônia como uma criança, sempre merecedora de grandes favores e ajuda e, em troca, devedora de muita gratidão e respeito, a tinha na conta de uma filha emancipada, sobre a qual não pretendia absolutamente exercer nenhuma autoridade ou jurisdição diretas. A colônia criava sua própria forma de governo, estabelecia suas próprias leis, elegia seus próprios magistrados, e mantinha paz ou fazia guerra com seus vizinhos, como um Estado independente, que não precisava esperar pela aprovação ou consentimento da cidade-mãe”(Smith, 1983:49)

Quanto aos romanos, via nas origens da República as razões para a constituição de um sistema colonial muito distinto do aplicado pelas cidades livres gregas. Sendo que “como a maioria das demais repúblicas antigas, foi fundada sobre uma lei agrária, a qual dividia o território público, segundo certa proporção, entre os diversos cidadãos que compunham o Estado”, incorria na necessidade de aquisição constante de novos territórios para manter os estratos possuidores de terras da população em condições favoráveis, dada a gradual fragmentação das posses privadas por casamento, herança e sucessão. Dando continuidade a esta lógica de demanda por propriedade fundiária e conquistas militares, o Império Romano pautou-se por uma prática de colonialismo diretamente intervencionista, derivada de um modelo de centralização do poder político e econômico entre colônias submissas, subalternas, e a “grande loba”, núcleo da vida pública imperial. Quanto ao estabelecimento de populações romanas em novos territórios seguindo este modelo, Smith alegaria que

“[Roma] destinava-lhes terras geralmente nas províncias conquistadas da Itália, onde estando dentro dos domínios da República, jamais tinham condições de formar um Estado independente; constituíam, na melhor das hipóteses, uma espécie de corporação, a qual, embora tendo o poder de estabelecer leis privadas para seu próprio governo, sempre estava sujeira à correção, jurisdição e autoridade legislativa da cidade-mãe. O envio⁹ de uma colônia desse gênero não somente dava alguma satisfação ao povo, como ainda muitas vezes também estabelecia uma espécie de guarnição em uma província recentemente conquistada, cuja obediência, de outra forma, poderia ser duvidosa. Eis por que uma colônia romana, quer consideremos a natureza da própria instituição, quer consideremos os motivos que a levaram a estabelecê-la, era totalmente diferente de uma colônia grega.”(Smith, 1983:50)

Tamanha é, para o autor, a diferença entre os dois “tipos ideais” de colonialismo antigo que este dedica-se ao resgate da distinção entre a etimologia dos termos utilizados em sua denominação, no passado em que ainda vigoravam: *Apoikía*, do grego, significa uma “separação de moradia, uma partida de casa, uma saída de casa”; enquanto a *Colonia* romana “representa simplesmente uma

colonização”(Smith, 1983:50). A distinção, por elementar que possa parecer, é evocada (ainda que sutilmente) nas várias páginas dedicadas ao trato com os malefícios da exclusividade comercial e a constituição de Colônias pelas nações modernas, provendo o plano *ideal* para a análise da *realidade* política e econômica da Europa mercantilista.

Ainda em seu Livro IV, Smith trabalha algumas das peculiaridades das colônias do Norte que confeririam a estas o status de colônia “positiva”, próxima do ideal abstraído do colonialismo grego. Entre estas, digna de destaque é a “ausência” de uma relação de exclusividade comercial entre os territórios dominados e uma companhia mercantil específica, tida como profundamente danosa às possessões de outros impérios. “Sob política tão liberal, as colônias têm a possibilidade de vender seus próprios produtos e de comprar os da Europa a um preço razoável”(Smith, 1983:64), afirma Smith, complementando que “essa tem sempre sido a política da Inglaterra”. A diferenciação nos argumentos (que nos é especialmente cara) vem em uma das passagens seguintes, lidando com os gêneros e capacidades advindos do comércio americano, uma vez que as principais mercadorias comercializadas por esses territórios seriam “cereais de todos os tipos, *madeiras de construção*, mantimentos salgados, peixe, açúcar e rum”, todos eles (com a óbvia exceção dos cereais) de alta necessidade para o fomento e manutenção das atividades navais britânicas. As atividades pesqueiras empreendidas pelos colonos, por exemplo, são extremamente bem vistas pelo autor:

“Aumentar a navegação e o poderio naval da Grã-Bretanha, ampliando a pesca por parte das nossas colônias, é um objetivo que os legisladores parecem ter tido quase sempre em vista. Por esse motivo, a pesca tem tido todos os estímulos que a liberdade lhe pode dar e, conseqüentemente, tem florescido. De modo especial, a pesca na Nova Inglaterra constituía, talvez, antes dos recentes distúrbios, uma das mais importantes do mundo. A pesca da baleia, que, não obstante um subsídio descomunal, na Grã-Bretanha é feita com tão pouco lucro que, na opinião de muitos (opinião que, porém, não pretendo garantir), a produção total não supera de muito o valor dos subsídios anualmente pagos, é na Nova Inglaterra efetuada em proporções muito elevadas, sem qualquer subsídio. O peixe é um dos artigos principais com os quais os norte-americanos fazem comércio com a Espanha, Portugal e o Mediterrâneo.”(Smith, 1983:65)

A passagem acima nos confere um exemplo claro daquilo que buscamos com uma revisão da posição adotada por Smith sobre o sistema colonial. Ao se referir ao desenvolvimento da pesca nas colônias americanas, enuncia um importante princípio de seu sistema de livre comércio, muitas vezes ignorado pelos intérpretes centrados na atuação (e constituição) de agentes racionais, econômicos, ou no debate sobre abertura comercial: o papel *estratégico* da adoção de políticas liberais n'*A Riqueza das Nações*. A liberdade dada aos colonos para que empreendessem a atividade para a qual seu território apresentava capacidades naturais não é meritória somente pela defesa da liberdade individual enquanto ideal, mas também pelo desenvolvimento profissional de mão de obra

versada na condução, manejo e manutenção dos pesqueiros, uma camada de cidadãos que poderia ser prontamente incluída às forças navais britânicas, em momento de necessidade. Situação semelhante é observada no tocante ao comércio de madeira entre o novo mundo e as Ilhas Britânicas, ainda que nesse caso o interesse em comercializar tal gênero se deva principalmente a um subsídio mantido pela coroa. A dependência britânica de matérias primas para indústria naval é notória, e sempre representou uma das razões estratégicas presentes na ocupação dos territórios americanos. Curiosamente, Smith vê nesse caso de intervenção resultados muito positivos para o desenvolvimento das colônias enquanto economias autônomas: “a tendência de algumas dessas medidas no sentido de aumentar o valor da madeira na América e, com isso, facilitar o desbravamento da terra, talvez não tenha sido tencionada nem entendida pelos legisladores. Embora, portanto, os efeitos benéficos dessas medidas tenham sido, sob esse aspecto, casuais, nem por isso foram menos reais”(Smith, 1983:67). A posição é criticável: muito provavelmente os legisladores britânicos imaginavam que a promoção da exportação de lenho promoveria a expansão das terras aráveis em solo americano, o que representa importante fator de ocupação e, principalmente, conquista militar. Vale lembrar que, ao tratarmos de guerra colonial, as guerrilhas empreendidas em mata fechada, com apoio das populações locais, constituíam importante elemento do leque de opções táticas disponíveis aos comandantes militares nos embates travados no Novo Mundo – artimanha fartamente usada pelos franceses, principais adversários da empreitada colonial britânica na América do Norte.

Nesse sentido, a *apoikía* grega é mais uma vez superior à *colonia* romana, se nos valem da oposição proposta por Smith no início do capítulo. Por promover a autonomia das populações locais, garantiria o envolvimento destas em atividades que terminariam por conferir à metrópole os recursos necessários à manutenção do poderio britânico no cenário internacional – i.e., tripulação e matérias primas para a construção naval – por meio da flexibilização dos monopólios e regulações adotados pela pátria-mãe. A *colonia* latina, por outro lado, representaria uma estrutura aviltante de gastos exorbitantes sem retorno que os compensasse, uma vez que as vantagens estratégicas da possessão colonial seriam gastas na manutenção da mesma, sem benefícios para os territórios recentemente ocupados ou Grã-Bretanha, agindo em proveito somente de camadas internas aos dois extremos do eixo colonial (as elites das duas localidades, beneficiadas pelos privilégios governamentais). Nesse sentido, mais do que um libelo contra o colonialismo, o ataque promovido por Smith ao sistema de monopólios apresenta-se como a crítica de *um* colonialismo específico, havendo alternativas dentro ao sistema mercantil para sua redenção, por meio da liberação (não desinteressada) dos territórios conquistados. A razão maior do atraso dos territórios coloniais, nesse contexto, seria não a sujeição a um governo externo aos seus limites, mas a série de ordenações *econômicas* postas em curso para favorecer setores específicos do comércio intercontinental,

visando à ampliação do mercado para a produção empreendida por estes. Retornando ao texto de Smith, “uma vez fundadas essas colônias, e depois de se terem tornado tão consideráveis a ponto de atrair a atenção da mãe-pátria, as primeiras medidas legais que esta adotou em relação a elas tinham sempre em vista assegurar para ela própria o monopólio do comércio colonial; seu objetivo consistia em *limitar o mercado das colônias e ampliar o dela*, às expensas das colônias e, portanto, mais em refrear e desestimular a prosperidade delas, do que em apressá-la e promovê-la. Nas diferentes maneiras de exercer esse monopólio é que reside uma das diferenças mais essenciais da política de diversas nações européias em relação a suas colônias. A melhor de todas elas, a da Inglaterra, é apenas um pouco mais liberal e menos opressiva que a de qualquer uma das demais nações.”(Smith, 1983:74)

Mais do que condicionantes morais, psicológicos, Smith concentra-se nos desdobramentos políticos e econômicos da dominação colonial como justificativa para seu abandono – e é a partir da ênfase dada a esses condicionantes que justifica-se a contraposição ao caso clássico. Compreendendo sua defesa do liberalismo como análoga à autonomia desfrutada pela *apoikía* grega frente à cidade mãe, procede demonstrando como a liberdade das “pequenas nações” da Grécia Antiga seria meritória não apenas moralmente, mas também (e principalmente) em termos pragmáticos. A defesa do Livre Comércio desenvolve-se, aqui, para além do *laissez-faire* centrado em si mesmo, categoricamente positivo – o abandono dos arcaicos enunciados de política econômica mercantilista poderia ser compreendido como a opção por um sistema mais adequado à consolidação da primazia internacional britânica.

A parte do capítulo em questão dedicada às vantagens auferidas pela Europa no comércio colonial é emblemática, nesse sentido. Smith considera, inicialmente, que a colonização empreendida pelas potências européias teria proporcionado um aumento das satisfações gerais dos seus habitantes, dada a enorme variedade de mercadorias inseridas em suas pautas de consumo, acrescendo a esse fator um incremento significativo da atividade econômica, dada a intensidade do tráfico comercial entre os territórios recém-ocupados e os centros produtivos-comerciais do velho continente. Contudo, consideraria que a exclusividade de comércio mantida pelos colonizadores acabaria por diminuir – ou “manter abaixo do que de uma outra forma atingiriam” - a satisfação e a atividade do conjunto, mas especialmente das colônias – não sem ganhos específicos para os grandes colonialistas. Curiosamente, a primeira destas (na listagem de Smith) é o reforço *militar* e *financeiro* proporcionado pelas colônias – francamente questionável, segundo o autor. Retomando a oposição entre os modelos de colônia adotados por gregos e romanos, afirma que “as colônias romanas ocasionalmente proporcionavam as duas vantagens”, enquanto “as colônias gregas, por vezes, contribuíam com uma força militar, mas raramente com alguma renda”, para em seguida reforçar os paralelos estabelecidos entre o ideal de *colonia* romana e as colônias européias

modernas, que “até agora nunca forneceram nenhuma força militar para a defesa da mãe pátria”, uma vez que “sua força militar até hoje nunca foi suficiente sequer para sua própria defesa”. Ademais, a defesa destes mesmos territórios representaria ocupação permanente das forças militares de cada nação envolvida, razão pela qual constituiriam mais um ônus do que benefício à pátria-mãe.(Smith, 1983:77)

Já a questão da exclusividade de comércio enquanto vantagem específica representa um dos cerne do argumento smithiano sobre abolição dos monopólios comerciais. Por representarem uma desvantagem para os demais países, seriam por analogia um peso para a nação por ela responsável – dado o impacto das perdas dos outros Estados no sistema europeu sobre a economia britânica e o massivo desvio de capital para a empreitada colonial, que terminaria por colocar o país em sérias desvantagens em negócios dos quais não detém o monopólio. A concentração de parcela significativa do comércio empreendido pelos homens de negócios ingleses em um único canal, os custos da garantia das rotas de navegação da marinha mercante, a distância e inconstância dos fluxos entre os continentes representariam os principais elementos na consolidação da crítica smithiana ao monopólio colonial. Smith, no entanto, ocupa-se de distinguir o que considera essencialmente danoso na relação estabelecida entre a Grã-Bretanha e suas colônias daquilo que considera positivo, dentro do sistema: “É preciso fazer estrita distinção entre os efeitos do comércio colonial e os do monopólio desse comércio. Os primeiros são sempre e necessariamente benéficos, os segundos, sempre e necessariamente danosos. Os primeiros são tão benéficos que o comércio colonial, apesar de sujeito a monopólio, e não obstante os efeitos prejudiciais desse monopólio, continua em seu conjunto benéfico, e até muito benéfico, embora bastante menos do que o seria se não houvesse monopólio.”(Smith, 1983:88) Se as colônias americanas fossem regidas não pelo modelo “romano”, mas pelo “grego”, parte significativa dessas desvantagens seria eliminada, com a manutenção dos aspectos positivos do comércio colonial e de alguns outros resultantes da “amizade” de uma nova nação.

Acreditamos que muito da argumentação desenvolvida por Smith ao longo não só desse capítulo mas como do Livro IV como um todo se encaminha nesse sentido. As menções constantes ao trato com as colônias conforme empreendido pelos impérios da antiguidade não é lançada, aparentemente, tão somente para conferir um tom clássico ao texto, nem por requintes de estilística, servindo a um propósito maior: localizar as falhas do sistema colonial em uma dada postura por parte da metrópole. As páginas seguintes, carregadas com uma profusa listagem dos malefícios advindos do sistema colonial, reforçam nossos argumentos. No entanto, insistir na menção enciclopédica dos prejuízos resultantes da insistência nesse curso de ação pouco acrescentaria à nossa argumentação. A resposta derradeira de Smith às ineficiências inerentes ao sistema colonial viria logo na página seguinte, com a proposição de formas alternativas de manutenção dos laços

econômicos com as colônias por meio de outras vias de subordinação política/econômica. “Propor que a Grã-Bretanha voluntariamente abandone toda a sua autoridade sobre as colônias e deixe que elas elejam seus próprios magistrados, decretem suas próprias leis e mantenham paz ou façam guerra conforme lhes pareça mais apropriado, significaria propor uma medida que nunca foi nem nunca será adotada por qualquer nação do mundo”(Smith, 1983:94), afirma Smith. De fato, os interesses em jogo tornariam a formulação aberta de uma proposta como essa, no período em que *A Riqueza das Nações* é publicada, completamente inviável. As razões para a defesa da empreitada colonial seriam muitas, nesse caso: prestígio, riquezas e, principalmente, o “orgulho” da nação – nada disposta a ceder os frutos de suas conquistas militares. No entanto, ainda segundo o autor

“Se, no entanto, isso acontecesse, a Grã-Bretanha não somente estaria imediatamente livre de toda a despesa anual necessária para manter a administração das colônias em tempo de paz, como ainda poderia celebrar com elas um tratado comercial suscetível de lhe garantir eficazmente um comércio livre, mais vantajoso para o grande conjunto da população – embora menos vantajoso para os comerciantes – do que o monopólio de que desfruta atualmente. Separando-se, assim, como bons amigos, reavivar-se-ia rapidamente o afeto natural das colônias para com a mãe-pátria que, talvez, nossas recentes dissensões quase chegaram a extinguir. Esse gesto poderia não somente dispô-las a respeitar durante séculos o tratado de comércio que tivessem concluído conosco no ato de separação, mas também a favorecer-nos, tanto na guerra como no comércio e, ao invés de se tornarem súditos turbulentos e facciosos, se transformassem em nossos aliados mais fiéis, afeiçoados e generosos; e entre a Grã-Bretanha e suas colônias poderia reviver o mesmo tipo de afeição paternal de um lado, e o mesmo respeito filial de outro, os quais costumavam subsistir entre as colônias da Grécia Antiga e a cidade-mãe da qual descendiam.”(Smith, 1983:94)

Explicita-se assim a relação entre autonomia colonial e o apoio político das colônias-libertas. Podemos perceber claramente a constituição de certo grau influência informal por parte da mãe-pátria sobre sua colônia recém-liberta, graças aos laços de fraternidade entre os dois territórios. Em outro plano, percebemos também a natureza do suposto “Projeto de Império” defendido n'A *Riqueza das Nações* – não uma proposta normativa de reinvenção das relações colônia-metrópole, como defende Ernest Benians em sua leitura, mas uma solução de compromisso. *Dada* a inviabilidade da proposta de eliminação dos privilégios coloniais (e do reconhecimento das colônias como nações, em termos iguais), e *somente* nessas circunstâncias, que estas desfrutem, ao menos, de representantes políticos eleitos localmente.

À luz da releitura dos argumentos de Benians e de alguns pontos negligenciados do Capítulo VII tornam-se mais claros os pontos em que discordamos deste autor. Em primeiro lugar, por ter deixado de lado a terminologia empregada na *apresentação* da crítica ao colonialismo moderno, Benians perde de vista o caráter conciliatório da proposta de representação no âmbito do Livro IV - fruto da virtual impossibilidade da proposição de abolição dos laços coloniais no período em que

Smith escreve. Mais do que um pensador “à frente de seu tempo”, podemos dizer que este “imagina o imaginável” - sua reflexão sobre as colônias pertence ao contexto específico em que escreve, e o que propõe-se a fazer é tratar dos problemas específicos a esse cenário. Mais do que a proposição de “princípios de governo imperial tidos como aplicáveis em toda e qualquer circunstância”(Benians, 1925:268), temos aqui a resposta pragmática a uma demanda objetiva posta aos pensadores políticos, econômicos e morais da Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII.

Pensar o contexto em que *A Riqueza das Nações* é publicada nos daria outra medida das proposições levantadas por seu autor. Escrevendo no momento de crise do Antigo Sistema Colonial¹⁰, a obra pode ser encarada como uma análise carregada do espírito de seu tempo - e da transição entre o decadente binômio Antigo Regime e Colonialismo Moderno para a ordem liberal em consolidação. É interessante pensar como, nesse contexto, a concentração de Smith sobre as questões políticas e econômicas envolvidas na preservação do controle exercido sobre as colônias (a inviabilidade de seu projeto de acúmulo de riqueza metálica, as complicações estratégicas inerentes ao plano de dominação territorial posto em curso pelas colônias européias, a instabilidade política inerente ao sistema, entre outras) pode ser lida como um dos atestados da derrocada do Mercantilismo enquanto perspectiva teórica e de seu sustentáculo material enquanto sistema.

Avançando na “nova ordem” que se forma nos séculos seguintes, a dicotomia *apoikía-colonia* tem algo mais a nos dizer. Se tomamos a proposta de representação colonial no parlamento como uma solução de compromisso, resultado das limitações do contexto em que escrevia, qual poderia ter sido o “projeto” de Smith para o Império Britânico? Aqui nos valem das considerações de Quentin Skinner em seu *Visions of Politics* – mais do que tentar investigar as conotações implícitas do ataque promovido pelo pensador escocês ao sistema de exclusivos metropolitanos e como este poderia ser transposto para os dilemas enfrentados pelo Império ao longo do século XIX, é imperativo que nos atenhamos às propostas explícitas autor¹¹. A associação das colônias modernas à *colonia* romana nos confere indicativos da falibilidade estrutural dos dois projetos, e da conveniência da adoção do projeto grego – compreendido não pela representação política dos colonos dentro do corpo político do Império, mas pelo seu reconhecimento em termos igualitários e liberdade política no cenário internacional. Somente por meio do rompimento dos elos de opressão política e econômica estabelecidos pela metrópole poderiam os dilemas presentes na conservação do Império encontrar sua superação. Com o fim do domínio militar sobre os territórios do além mar, ganha-se em eficiência, por meio do direcionamento dos capitais ingleses ao mercado interno, onde estes seriam melhor utilizados, e em poder militar – pela potencial aliança entre mãe-pátria e ex-colônias, unidas pelos laços de fraternidade resultantes de uma separação pacífica.

Se os escritos de Smith legam ao século seguinte algo como um “Projeto de Império”, é importante compreender que este não se manifesta em termos objetivos. Mais do que os parágrafos

em que a idéia de representação colonial é desenvolvida, o principal legado teórico deixado pelo pensador escocês para os proponentes de política externa britânica seria a compreensão de uma dimensão *estratégica*¹² do livre comércio, e de como a adoção e promoção deste poderia beneficiar a Grã-Bretanha no cenário internacional¹³.

Bibliografia:

BENIANS, E. A. Adam Smith's Project of an Empire. *Cambridge Historical Journal*, Cambridge, v.1, n.3, p. 249-283, 1925.

BUTLER, E. *Adam Smith – a Primer*. London: Institute of Economic Affairs, 2007. 125p.

CERQUEIRA, H. E. A. da Gama. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 1-28, jan./jun, 2006.

_____. Para ler Adam Smith: novas abordagens. In: XXXI Encontro Nacional de Economia, 2003, Porto Seguro. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia, 2003. p. 1-20.

GRAMM, W. The Selective Interpretation of Adam Smith. *Journal of Economics Issues*, v.14, n.1, p.119-142. mar. 1980

GALLAGHER, J. e ROBINSON, R. The Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review, New Series*, v.6, n.1, p. 1-15, 1953

HECKSHER, E. F. *Mercantilism*, 2v. London: Routledge, 1994. 901p.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. 420p.

RASHID, S. "He Startled... As If He Saw a Spectre": Tucker's Proposal for American Independence. *Journal of the History of Ideas*, v.43, n.3, p. 439-460, Jul./Set. 1982.

SCHMOLLER, G. *The mercantile system and its historical significance*. Fairfield: Augustus M. Kelley Publishers, 1989.

SKINNER, Q. *Visions of Politics*, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 2004-2006.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*, 2 vols. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 745p.

-
- ¹ Este artigo é resultado de pesquisas realizadas sob orientação da Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva, no âmbito da redação de Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas. A revisão de algumas das conclusões dessa primeira etapa fazem parte de investigações pertinentes à elaboração de dissertação de mestrado em Ciência Política, em desenvolvimento sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. Agradeço também aos comentários do Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti, fundamentais na reformulação de uma versão preliminar do texto.
- ² Na filosofia moral de Mandeville, Hutcheson e Smith são encontradas também as bases para a argumentação utilitarista difundida por Bentham e Stuart Mill, um dos sustentáculos da Revolução Marginalista.
- ³ A atitude dos professores de Oxford impressionou negativamente Smith em medida tal alguns analistas creditam a esse conflito algumas das críticas aos “incentivos perversos” oferecidos pelo Estado às companhias comerciais inglesas.
- ⁴ De acordo com Eammon Butler, “The lectures on jurisprudence and policy (surviving only in students’ notes) contain many of the ideas (such as the workings of the price system, the shortcomings of protectionism and the development of governmental and economic institutions) that would appear almost verbatim in *The Wealth of Nations* years later” - Ibidem, p. 33-34
- ⁵ Ibidem, p. 35. As bases dessa curiosa concepção do labor histórico podem ser provavelmente ligadas ao círculo de intelectuais próximos a Smith nos estágios finais da redação de sua grande obra. Nos três anos anteriores à publicação (1773 a 1776), desfrutava, em Londres, da companhia de notáveis da ordem de Edmund Burke, David Hume e Edward Gibbon.
- ⁶ Um ponto que consideramos de suma importância para a compreensão dos argumentos smithianos sobre o sistema colonial – a analogia entre colonialismo moderno e clássico, assim como a distinção entre colônias romanas e gregas, na antiguidade – faz-se presente nessa passagem. Pretendemos retomá-lo posteriormente, desenvolvendo as implicações dessa distinção dentro das teses de Smith e Benians.
- ⁷ Warren S. Gramm desenvolve a problemática da concentração das leituras de Smith nas teses centrais de seus primeiros livros, discorrendo sobre suas razões e desdobramentos em *The Selective Interpretation of Adam Smith*. Como coloca ao enunciar a proposta geral de seu artigo: “Of the 1.438 pages written by Adam Smith in his two major published works, only a few lines from several pages of the *Wealth of Nations* are regularly mentioned in orthodox economics texts. These are the statements on division of labor, paradox of value, the invisible hand, and the functions of government. On these grounds, he is known primarily for rationalizing individual self-interest as the necessary, strategic medium for promoting economic welfare. Yet it may be argued that a correct understanding of Smith’s perspective leads to the opposite conclusion. That is, when his life’s work is considered as a unit, his political-economic perspective is seen to be social, not primarily individualistic, and his major contributions to economic analysis involve elucidation of economic growth.”(p.120)
- ⁸ É importante salientar que os dois autores geralmente encontravam-se em extremos opostos nos debates sobre Economia Política, em sua época. Burke e Pitt, próximos ao autor d’*A Riqueza das Nações* e, em alguma medida, herdeiros diretos de seu legado teórico, eram vítimas constantes da “lógica impiedosa” do Reverendo Tucker.
- ⁹ Smith sempre trabalha com a constituição de uma colônia como envio de parcela da população metropolitana aos novos territórios – em caráter de autonomia e liberdade política, ou como “satélite” do povoamento original.
- ¹⁰ Trabalhada extensivamente por Fernando A. Novais em seu *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. A perspectiva adotada por Novais é particularmente atraente se consideramos como a noção de crise sistêmica enfatizada pelo autor pressupõe a necessidade da revisão das teorias econômicas pertinentes a seu tempo. Rer ler a obra magna de Smith não somente como continuidade do moralismo inglês ou articulação da filosofia britânica ao corpus teórico fisiocrático mas como o singular resultado de tempos singulares, situado na encruzilhada da velha ordem mercantilista com os novos tempos e o desenvolvimento da hegemonia liberal britânica.
- ¹¹ Nas palavras de Skinner, “*If we wish to understand any such text, we must be able to give an account not merely of the meaning of what was said, but also of what the writer in question may have meant by saying what was said*”(Skinner, 2004) É nesse sentido que acreditamos que a análise de Benians falha ao ater-se aos parágrafos finais do Capítulo VII, desconsiderando tanto o entorno da produção da obra smithiana quanto os debates em que esta se inseria, no momento de sua redação.
- ¹² A concepção do Mercantilismo enquanto “Sistema de Poder”, encontrada na seminal análise de Eli Heckscher, nos leva a pensar sobre como a ordem liberal preencheria os espaços deixados pelas grandes máquinas estatais Absolutistas. Como afirma ainda Gustav Schmoller, “in its innermost kernel, it is nothing but state making” (Schmoller, 1989:50). Ainda que o liberalismo econômico smithiano não tenha como objetivo direto o fortalecimento militar (e ler n’*A Riqueza das Nações* qualquer incentivo ao fortalecimento do Estado exigiria uma boa dose de criatividade), este desponta como um de seus resultados indiretos, que não deixa de ser levado em conta pelo autor.
- ¹³ Os rumos tomados pelo Império assim como as relações entre Livre Comércio e a manutenção da hegemonia britânica ao longo do século XIX são magistralmente trabalhados em *The Imperialism of Free Trade*, de John Gallagher e Ronald Robinson. Os desenvolvimentos teóricos dos autores envolvidos nas controvérsias Gallagher e Cain-Hopkins, lidando com os desdobramentos dessa tese em sua formulação original nos ajudariam a compreender a razão da não realização do projeto compreendido por Benians – a possibilidade de manutenção do domínio britânico sobre o ultramar sem a necessidade da representação política como contrapartida. Para uma discussão

aprofundada do debate sobre Livre Comércio e Império, ler Gallagher e Robinson, 1953 e Cain e Hopkins, 1980